

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.663 - PB (2019/0197109-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CARLOS ANTONIO MOTA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA ARAUJO MOTA
ADVOGADO : JAIME CLEMENTINO DE ARAÚJO - PB002594
AGRAVADO : MITRA DIOCESANA DE CAMPINA GRANDE
OUTRO NOME : PAROQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADOS : VERA LUCE DA SILVA VIANA - PB009967
GENILDA GOUVEIA DA SILVA - PB012169

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 2. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Carlos Antonio Mota e Maria Aparecida Araujo Mota desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que não admitiu o processamento do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por sua vez, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.047):

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. MATÉRIA APRECIADA A CONTENTO. DOLO DA PARTE VENCEDORA. ELEMENTO DESCARACTERIZADO. VIOLAÇÃO LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. CITAÇÃO DE TERCEIRO. HIPÓTESES LEGAIS NÃO OBSERVADAS. IMPOSIÇÃO DE LEI OU EM DECORRÊNCIA DA NATUREZA JURÍDICA. MERO INCONFORMISMO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

O erro de fato a que alude a norma processual decorre de inadvertência do juiz, de má percepção dos fatos e desatenção na leitura dos autos, não o caracterizando a má interpretação ou valoração da prova.

Na espécie, a temática posta em debate foi apreciada e o magistrado

concluiu que a propriedade do imóvel em litígio é do postulante da ação reivindicatória.

Ausente a demonstração de dolo ou má-fé, por parte do vencedor da ação reivindicatória, cujo acórdão se deseja rescindir, rejeita-se o pedido inicial baseado no inciso III do art. 966 do CPC.

A violação literal à lei a que se refere o CPC deve ser compreendida como evidente e direta afronta a norma em vigor, com desprezo à lei ou sua aplicação de forma manifestamente equivocada.

Não restando configurada notória infringência ao art. do CPC/1973, o pleito inaugural sobrou fragilizado, porquanto não há nenhuma disposição de lei imputando a citação de terceiros, ou mesmo em decorrência da natureza da relação jurídica estabelecida.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegaram ofensa ao art. 966, VIII, do NCPC. Sustentaram a existência dos requisitos para julgar procedente a ação rescisória.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 1.080-1.083).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Irresignados, os recorrentes interpõem agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, conforme asseverado na decisão agravada, em relação ao art. 966 do CPC/2015, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a ação rescisória tem como finalidade desconstituir decisão que analisa questão meritória.

Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSIÇÃO DE LEI. ARTIGO 485, V, DO CPC/1973. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE NÃO

EXAMINOU O MÉRITO DA DEMANDA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Cuida-se de Ação Rescisória proposta por Amaro Sabino de Oliveira e outros, com fundamento no artigo 485, inciso V, do CPC/1973, contra a União, objetivando à rescisão do v. acórdão no REsp 926.743/AL, da Sexta Turma do STJ. 2. Verifica-se que o v. acórdão rescindendo apreciou apenas o cabimento dos Embargos Infringentes, e não julgou o mérito. 3. Dispõe a ementa do decisum rescindendo: o "artigo 530 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 10.352/2001, não autoriza a oposição dos embargos infringentes na hipótese em que o acórdão recorrido não aprecia o mérito da causa" (fl. 566), portanto, não houve julgamento de mérito pelo STJ. 4. A "sentença de mérito" a que se refere o art. 485 do CPC, sujeita a ação rescisória, é toda a decisão judicial (= sentença em sentido estrito, acórdão ou decisão interlocutória) que faça juízo sobre a existência ou a inexistência ou o modo de ser da relação de direito material objeto da demanda" (REsp n. 784.799/PR, publicado em 2.2.2010, Primeira Turma, Ministro Teori Albino Zavascki). (grifo acrescentado). 5. No mais, esclareça-se que o STJ firmou o entendimento de que a Ação Rescisória tem como finalidade a desconstituição de decisão de mérito. 6. Assim, esta Corte é incompetente para processar e julgar a presente Ação Rescisória. Nesse sentido: REsp 1246515/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 16/5/2011; AR 4.250/RN, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 15/3/2011; REsp 1.223.238/PB, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, publicado em 15.3.2011; AR 4.515/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 19/3/2015, e AgRg na AR 5.114/MG, Rel. Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Primeira Seção, DJe 2/3/2016. 7. Processo extinto, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, incisos I, IV e VI, do CPC/1973. 8. Agravo Regimental não provido (AgRg na AR 4.799/AL, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 26/10/2016, DJe 08/11/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. REQUISITOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 1.- Não tendo a parte apresentado argumentos novos capazes de alterar o julgamento anterior, deve-se manter a decisão recorrida. 2.- A decisão interlocutória só é passível de impugnação por meio de ação rescisória quando houver abordado questão de mérito da ação. 3.- Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp 203.279/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 23/10/2012, DJe 08/11/2012)

Dito isso, impende destacar que o acórdão recorrido, ao julgar improcedente a presente ação rescisória, concluiu pela inexistência dos requisitos para sua admissibilidade, conforme dispõe a decisão recorrida (e-STJ, fls. 1.045-1.057):

Os autores argumentam que o acórdão rescindendo fundou-se em erro de fato, por desconsiderar a notória propriedade deles em relação ao imóvel; resultou de dolo da parte vencedora que, de forma inapropriada, conduziu as provas no intuito de enganar o julgador; houve violação literal de lei, ante a inobservância ao art. 47 do CPC/1973.

De início, saliento ter a ação rescisória proposta ainda sob a vigência do CPC/1973, motivo pelo qual o dispositivo invocado na inicial diz respeito ao art. 485, incisos III, V e IX do CPC/1973.

(...)

O argumento exordial é o de que não houve devida apreciação - já que os julgadores foram induzidos a erro pelos requeridos -, conquanto os autores são os verdadeiros proprietários da área em litígio e que o imóvel apontado não se encontra situado no local indicado.

(...)

Significa dizer que não será cabível a ação rescisória, quando o fato, tido por inexistente e que tenha, efetivamente, ocorrido, tenha sido objeto de pronunciamento judicial expresso.

Isto porque erro de fato "se configura quando o julgado que se pretende rescindir admita fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado." (AR 5.385/BA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/2018, DJe 01/08/2018) Todavia, na espécie em comento, não há que se falar em erro de fato porquanto houve pronunciamento judicial no processo originário sobre o apontado fato que teria dado lugar ao erro.

Tanto a sentença, quanto o próprio acórdão rescindendo, abordaram a propriedade do imóvel, conforme se infere do trecho do voto condutor da Apelação, ex vi das fls. 431/438:

"Em 19 de fevereiro de 1949, o Padre Severino Mariano de Aguiar adquiriu um terreno no Bairro do José Pinheiro, antigo bairro Açude Velho, com 80 metros de frene e 50m de fundo (nascente (frente) para a Rua Carlos Gomes, norte com a rua Primeiro de Março, sul para a rua Campos Sales) do Sr. Pedro da Costa Agra e de sua esposa Elvira Araújo Agra, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros), conforme se verifica da escritura de fls. 17 e certidão de fls. 18 e, neste terreno, fora erguida a nova sede do referido Círculo.

Ora, o primeiro apelante (autor da rescisória) jamais poderia se intitular proprietário dos bens do Círculo Operário, tendo em vista que este patrimônio pertence a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ora apelada, segundo demonstram a prova documental e testemunhal.

Diante desses, depoimentos, percebe-se que os apelantes, usaram as instalações do Círculo Operário para ganhar dinheiro, mas que em momento algum, conseguiram demonstrar serem os legítimos proprietários do imóvel em discussão."

Da sentença, ao se reportar às confrontações de limites, extrai-se:

"Na peça técnica elaborada por profissionais do CREA/PB, às fls. 226/239, o objeto da presente lide a limpidez emerge, caracterizando o imóvel de propriedade da promovente (ré da rescisória) como uma edificação localizada na rua Marinheira Agra, 428, bairro de José Pinheiro, antigo Açude Velho, nesta cidade, tendo ele inscrição municipal registrada sob o n. 04.01.104.1.0121.001,776, localizada na quadra 104, e que a rua Primeiro de Março, em 16 de janeiro de 1968 passou a ser chamada de rua Marinheira Agra." fls. 357.

Já o acórdão mencionou:

"Às fls. 46, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - Gerência de Análise e Licenças emitiu certidão, demonstrando a modificação ocorrida, quanto à nomenclatura da avenida 12 de Março, que passou a chamar-se de Marinheira Agra.

Assim, o endereço do Círculo Operário passou a ser o seguinte: Bairro do José Pinheiro, com 80m de frente e 50m de fundo (nascente (frente) para a Rua Carlos Gomes, norte com a Rua Marinheira Agra, sul para a Rua Campos Sales)", fls. 432.

Percebe-se, destarte, que a circunstância em que se embasa a parte autora para buscar a rescisão do acórdão - erro de fato proveniente das confrontações de limites estabelecidas do imóvel - não passou despercebida ao crivo dos julgadores, seja da sentença, seja do apelo, fazendo concluir a inexistência de desatenção do órgão judicial quanto à prova, como se quer fazer crer na exordial da rescisória.

Ora, se houve pronunciamento judicial sobre o fato, incabível é a rescisória com fulcro nos dispositivos acima citados.

(...)

Pelo constante dos autos, o imóvel reivindicado é de propriedade da ré e restou o suficiente identificado.

Afinal, o levantamento técnico realizado *in loco* (fls. 255), precisou a localização do o imóvel:

Localização do Imóvel: o imóvel encontra-se localizado na Rua Marinheira Agra, nº 428, Bairro José Pinheiro, Campina Grande -PB.

Some-se que a certidão vintenária de fls. 798 informa que o lote com as descrições supramencionadas foi adquirido pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande.

Desta feita, demonstrado que o suposto erro de fato já foi objeto de pronunciamento judicial, não há que se perquirir sobre o acerto ou desacerto do julgado em decorrência de sua apreciação na específica via da rescisória, sob pena de se cancelar o simples reexame de prova que só é possível pela via recursal, já esgotada'.

Contudo, os recorrentes não impugnaram o fundamento relativo ao

Superior Tribunal de Justiça

pronunciamento das confrontações de limites estabelecidas do imóvel nas decisões recorridas, cuja subsistência inviabiliza a apreciação do recurso especial e propicia o consequente desprovimento do presente agravo, pela aplicação da Súmula n. 283 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Ademais, a revisão das conclusões estaduais quanto ao preenchimento dos requisitos de admissibilidade da ação rescisória demandaria, necessariamente, a incursão do acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite no recurso especial dado o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator